

## BALCÃS

**IAIN KING, WHIT MASON, PEACE AT ANY PRICE: HOW THE WORLD FAILED KOSOVO**

Ithaca, Cornell University Press, 2006, 328 pp.

**P***Peace at any Price: How the World Failed Kosovo* poder-se-á caracterizar como um livro de bordo relativo à presença da missão interina das Nações Unidas no território que se tornaria um protectorado internacional a uma escala sem precedentes, através do ambicioso mandato de reconstrução civil, política e económica patente na resolução 1244 do Conselho de Segurança.

Iain King e Whit Mason, antigos funcionários internacionais na administração civil interina, descrevem como a comunidade internacional fracassou no processo de democratização do Kosovo, apesar do empenho e dos recursos sem antecedentes no rol de missões das Nações Unidas. A inadequada percepção da comunidade internacional sobre as questões étnico-históricas conflituais intrínsecas às relações entre sérvios e albaneses, a desajustada visão sobre as disputas de poder entre a maioria albanesa e o boicote generalizado

da minoria sérvia às instituições internacionais, aliados a uma estrutura institucional internacional ineficiente e com focos de autoridade fragmentada condicionaram desde o início o nível de sucesso final da ambiciosa missão internacional em tornar o Kosovo uma «sociedade multi-étnica».

Os autores mostram como a procura de uma definição consensual para o estatuto institucional do Kosovo pós-UNMIK e as inerentes posições antagónicas de sérvios e albaneses condicionaram o processo de democratização empreendido sob a esfera das Nações Unidas, que se revelou incapaz na reestruturação de uma sociedade fracionada pelas disputas das guerras dos anos de 1990 e marcada pela corrupção política, económica e judicial. Face aos relatos de Iain King e Whit Mason, compreendidos entre Junho de 1999 e Maio de 2006, torna-se evidente como a «rebelde» declaração unilateral de independência proclamada a 17 de Fevereiro de 2008 seria a única opção de fuga para uma questão impossível de gerar consensos internos e externos.

Livro de leitura obrigatória para formar uma percepção autêntica sobre o trabalho da UNMIK e as dificuldades internacionais

em lidar com as realidades empíricas do Kosovo, considerações que ilustram os limites da intervenção externa em cenários de reconstrução pós-conflito e em terrenos com uma elevadíssima conflitualidade étnica de ruptura, que condicionam os esforços de incentivo democrático da comunidade internacional frequentemente descoordenados com as pretensões das populações autóctones.

**JAMES PETTIFER, MIRANDA VICKERS,  
THE ALBANIAN QUESTION: RESHAPING  
THE BALKANS**

Londres, I. B. Tauris, 2006, 312 pp.

**J**ames Pettifer e Miranda Vickers, jornalistas, investigadores e académicos, tratam a história contemporânea da questão nacional albanesa em 18 capítulos que relatam aspectos políticos, económicos, sociais e culturais dos albaneses nos Balcãs desde o colapso do Governo de Sali Berisha em 1997 à posterior emergência dos conflitos no Kosovo, no Vale de Presevo e na Macedónia, culminando com a posição de Tirana face ao mundo albanês actual.

A insurreição de 1997 é percebida pelos autores como uma derrota da elite albanesa detentora da antiga burocracia comunista, abrindo as portas à democratização na Albânia. País criado nas cinzas da II Guerra dos Balcãs em 1913 e com as fronteiras confirmadas por Tito e Estaline em 1948, mas territórios com comunidades albanesas existem no Kosovo, na Macedónia Ocidental, no Sudeste do Montenegro, nos municípios de Presevo, Med-

vedja, Bujanovac no Sul da Sérvia e na região grega de Epirus ou Chameria, apesar da agregação de territórios com comunidades albanesas nunca se ter constituído em projecto político com concretizações efectivas por parte de Tirana.

Com a criação do Exército de Libertação do Kosovo, os autores consideram que a crise no Kosovo e na Macedónia reacendeu e reformulou a «nova» questão nacional albanesa, sendo estabelecidas relações causais entre a insurgência do KLA e as posteriores revoltas albanesas no Vale de Presevo e na Macedónia, confirmadas com a «invasão» de Tirana pelos refugiados albaneses do Kosovo no «Verão quente» de 1998 acendendo a tentativa de golpe de Estado na Albânia.

O lugar da Albânia no xadrez dos Balcãs Ocidentais foi reorientado no pós-1999, reafirmando a integração europeia e a Aliança Atlântica num período pós-comunista, coadjuvado pelo fim dos ímpetus nacionalistas do projecto expansionista de Slobodan Milosevic com a revolução democrática de 2000 em Belgrado.

A herança do passado comunista marcada pelo pulso de Herver Hoxha, o fim do isolamento internacional de Tirana e as reivindicações separatistas da maioria albanesa no Kosovo relançaram a apreensão sobre o ressurgimento de movimentos pan-albanistas nos Balcãs, pretensões refutadas pelos autores como receios externos sobre uma ameaça inexistente e ausente das agendas políticas albanesas, reforçada pela opção europeia da política externa de Tirana. Os autores defendem a questão nacional albanesa contemporânea como uma consciência pan-albânica para além das fronteiras esta-

tais, numa órbita pró-europeia de aproximação económica regional e de solidariedade humanitária entre albaneses ausente de quaisquer projectos de agregação nacional senão ao nível europeu.

**ELIZABETH POND, *ENDGAME IN THE BALKANS: REGIME CHANGE, EUROPEAN STYLE***

Washington, Brookings Institution Press, 2006, 412 pp.

**E**m *Endgame in the Balkans: Regime Change, European Style* Elizabeth Pond, jornalista sediada na Alemanha, faz um notável estudo analítico de como os Balcãs se tornaram simultaneamente um assunto de política «externa» e «interna» europeia, região em que a União Europeia (UE) exerce um desempenho crucial no processo de democratização de estados com défice democrático através dos atractivos políticos e económicos inerentes à integração europeia.

Com o colapso da URSS e o fim do Pacto de Varsóvia as democracias emergentes da Europa Central rapidamente se tornaram questões de política interna de «boa vizinhança» para a Comunidade Europeia e o respectivo alargamento um mecanismo progressivo de inclusão democrática de estados vizinhos com vista à sua integração, processo que se iniciou com as guerras de secessão da antiga Jugoslávia nos anos de 1990 e que iria afectar a Bulgária, a Roménia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia, a Albânia, a Sérvia, o Montenegro e o Kosovo de forma diferenciada mas com um objectivo comum: democratizar regimes e consolidar reformas demo-

cráticas com vista à integração europeia como meio para estabilizar os Balcãs.

É neste contexto que a autora faz incursões sobre o legado comunista na transição da Bulgária e na Roménia e a adesão à NATO e à UE com vista à monitorização e transparência financeiras em sociedades minadas por corrupção e redes mafiosas. Mostra como a reconstrução total do Estado por funcionários internacionais na Bósnia-Herzegovina ocorreu sem a dificuldade acrescida no Kosovo em solucionar um estatuto em disputa, mas em ambos os casos a UE empreendeu um enorme investimento económico e capital político como forma de comprar a paz numa região marcada pela guerra. Por outro lado, o caso da Macedónia demonstrou como definições constitucionais claras e a institucionalização da perspectiva europeia são meios capazes para ultrapassar episódios críticos, situação verificável com o Acordo Ohrid no Vale de Presevo. A conturbada reinvenção da Albânia pós-Enver Hoxha e a determinante proximidade europeia, a desmistificação do regime de Belgrado após a revolução democrática e as disputas políticas sobre o projecto para a Sérvia num cenário determinado pela secessão do Montenegro, pela questão do Kosovo e pela integração europeia são pontos cruciais no estudo da autora.

Elizabeth Pond defende que aos avanços e retrocessos no processo de integração europeia dos Balcãs se faz corresponder o respectivo recuo e o florescimento do ultranacionalismo, pelo que foi fundamental para a Croácia quando em 2005 confirmou o percurso europeu e a conseqüente rejeição do ultranacionalismo croata com

a detenção do general Ante Gotovina, reforçando a ideia que a autora evidencia ao longo de toda a obra sobre a importância do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia no encerramento de um capítulo negro da história europeia, trazendo o sentido de justiça possível às atrocidades cometidas nas guerras dos Balcãs aliado a um crescente processo de europeização regional.

**BRAD K. BLITZ (ED.),  
WAR AND CHANGE IN THE BALKANS:  
NATIONALISM, CONFLICT AND  
COOPERATION**

Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 290 pp.

A edição de *War and Change in the Balkans: Nationalism, Conflict and Cooperation*, por Brad K. Blitz, resultou de uma conferência sobre os Balcãs realizada na Universidade de Stanford no Verão de 1997. O encontro reuniu a análise de académicos e as experiências pessoais de jornalistas, diplomatas e funcionários de instituições internacionais, e culminou com uma notável colectânea de textos sobre as guerras étnicas que devastaram a antiga Jugoslávia durante a última década.

Os temas abordados pelos autores podem ser agrupados em quatro áreas: a desintegração da Jugoslávia e a criação de novos estados; a importância das ideologias nacionalistas na construção das guerras e a sua dissipação no período pós-conflito; o papel dos actores internacionais; e o processo de democratização dos actuais estados que constituíam a antiga Jugoslávia e a respectiva integração europeia.

No fundo, esta colecção de artigos procura saber porque é que a Jugoslávia se desintegrou através da guerra. A relação entre o comunismo e os nacionalismos nos Balcãs teve um papel preponderante no fim da Jugoslávia federal e na transformação das repúblicas jugoslavas em estados independentes. Para além das condições estruturais e do confronto das posições nacionalistas e ideológicas das repúblicas federadas, é dado particular relevo ao desempenho pessoal dos líderes jugoslavos desde a morte de Joseph Tito, em 1980. A forte consciência étnico-nacional das elites sérvias exacerbada pelas políticas de homogeneização nacional impostas pelo Exército Nacional Jugoslavo, sob o punho de Slobodan Milošević, são pontos centrais para entender as raízes dos conflitos nos Balcãs.

A independência da Eslovénia e da Macedónia, as guerras na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, a guerra humanitária no Kosovo e a instalação da missão das Nações Unidas na província sérvia são temas analisados com algum detalhe pelos autores. De igual modo, é destacado o desempenho da União Europeia na região bem como o papel e a influência da Albânia, da Itália, da Grécia e da Rússia.

Por último, é concedido particular realce ao massacre de Srebrenica e à criação do Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Jugoslávia, assim como ao regresso dos deslocados internos e dos refugiados de guerra aos actuais estados da antiga Jugoslávia, como uma fase determinante na reconciliação nacional com as histórias das guerras, na consolidação democrática e na manutenção da paz nos Balcãs.

■ SÓNIA RODRIGUES

## ÁFRICA

### J. CLARK LEITH, *WHY BOTSWANA PROSPERED*

Montreal, McGill-Queen's University Press, 2005, 150 pp.

**D**ado que é uma das poucas democracias consolidadas e – relativamente – prósperas de África, o Botswana (1,8 milhões de habitantes) nunca aparece na imprensa ocidental. O Botswana é um *facto empírico* que não encaixa na *narrativa apocalíptica* que o Ocidente gosta de reproduzir sobre África. Hoje, depois de quarenta anos a apresentar uma das mais altas taxas de crescimento do mundo, o Botswana já é um *middle-income country*. O maior factor de crescimento tem sido a riqueza mineral do país (diamantes). Outros países africanos com um subsolo igualmente rico continuam a ser marcados pela pobreza, violência e autoritarismo. O Botswana, como salienta Siphosiphos Seakamela (South African Institute of International Affairs), «continua a ser a excepção na instabilidade que assalta os países africanos ricos em recursos». Para perceber por que razão o Botswana escapou à *maldição dos recursos*, J. Clark Leith (University of Western Ontario; foi consultor no Ministério das Finanças do Botswana e no Banco Central do Botswana) escreveu *Why Botswana Prospered*. A resposta de Leith foi encadeada em três fases. (1) A elite do país geriu de forma prudente a sua riqueza mineral, fazendo investimentos em infra-estruturas e no capital humano. Mas, pergunta Leith, por que razão estas medidas económicas resultaram? (2) Ora, o sucesso económico do Botswana não se deve apenas à *perícia técnica* na gestão

macroeconómica; essa gestão foi possível devido à estabilidade político-institucional garantida pelo sistema político; várias instituições (ex.: Banco Central) criaram a confiança necessária para a actividade das empresas que investiram no Botswana (ex.: a gigante sul-africana dos diamantes, DeBeers). (3) A democracia *per se* não explica o rápido crescimento económico do Botswana. A democracia triunfou no Botswana porque respeitou a tradição do povo Tswana. Por exemplo, o tradicional fórum de consulta tribal, o Kgotla, continua activo e faz parte do sistema político. Por outras palavras, existe uma coabitação entre a modernidade institucional da democracia de inspiração britânica e a tradição local (mesmo antes do advento da democracia moderna, a cultura tswana já era marcada pela noção de *accountability*). A história de sucesso do Botswana não resulta da *sorte*; outros países africanos também tiveram a sorte de encontrar diamantes e outros recursos naturais, e, mesmo assim, continuaram na rota da violência. O sucesso do Botswana deve-se ao seu sistema político e às escolhas da sua elite política. Ou seja, a política pode vencer o *fado africano*.

### JOHN F. CLARK, *THE FAILURE OF DEMOCRACY IN THE REPUBLIC OF CONGO*

Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2008, 308 pp.

**J**ohn F. Clark (Universidade Internacional da Florida) apresenta aqui um *case study* sobre o Congo-Brazzaville (República do Congo), o mais pequeno e menos medi-

ático dos Congos. Aliás, podemos dizer que este livro, do ponto de vista metodológico, representa uma vigorosa defesa do *case study* como método de estudo; Clark defende que a sensibilidade histórica (garantida pelo *case study* e desprezada pelas abordagens parcimoniosas) é a única forma de compreendermos os actores políticos.

O livro procura responder a uma pergunta: por que razão a experiência democrática (1991-1997) falhou na República do Congo? (Depois da guerra civil, o antigo chefe de Estado, Denis Sassou-Nguesso, regressou ao poder de forma não democrática). Na resposta, Clark recusa explicações estruturais para o fracasso da democracia em Brazzaville. Até porque este país detinha alguns bons indicadores de desenvolvimento, dado que Brazzaville era um ponto vital do império francês em África. Clark afirma que a responsabilidade pelo fracasso da democracia neste país assenta na mediocridade e na ganância da elite política. Os dirigentes congolezes encararam o poder como uma forma de enriquecimento pessoal, nomeadamente através do saque da riqueza petrolífera do país. Clark é acutilante na forma como responsabiliza a agência dos actores políticos, recusando desculpar os ditos actores com factores estruturais – supostamente – inelutáveis. Ou seja, a experiência democrática

não estava destinada a terminar em guerra civil; a República do Congo não estava predestinada a regressar ao autoritarismo. Sassou-Nguesso teve a oportunidade de seguir um caminho democrático; teve a oportunidade de criar uma reconciliação nacional entre os diversos grupos étnico-religiosos. Porém, Sassou-Nguesso escolheu a via do oportunismo, da manutenção no poder a todo o custo. Sassou-Nguesso optou por este caminho porque teve receio de enfrentar uma competição eleitoral. E, acima de tudo, Sassou-Nguesso manteve-se no trilho do oportunismo porque nunca revelou o patriotismo necessário para reconhecer que o futuro do país não dependia apenas dos desideratos de um único indivíduo.

Se a elite do Botswana – personificada por Seretse Khama – escolheu actuar de forma patriota (a excepção em África), a elite da República do Congo – personificada por Sassou-Nguesso – escolheu o caminho do oportunismo pessoal (a regra em África). O Botswana não estava predestinado ao sucesso. A República do Congo não estava predestinada ao fracasso. O sucesso de Gaborone e o fracasso de Brazzaville resultaram de escolhas políticas feitas de forma consciente. Em política, não existe destino ou predeterminações estruturais.

■ HENRIQUE RAPOSO